

**PARECER**

Projeto de lei 074/2015

Súmula: Altera a Lei nº 1773/2004, que dispõe sobre o quadro de pessoal e institui o plano de cargos e salários do Município da Lapa e dá outras providências.

Vem para análise dessa Assessoria o projeto de lei nº 074/2015 de autoria do poder Executivo Municipal, o qual tem por objeto alterar a lei municipal nº, 1773/2004, em especial incluir o artigo 41-A à Lei 1773/2004, com a seguinte redação:

*Art. 41-A – Ao pessoal contratado de acordo com o previsto neste capítulo, poderá ser aplicado o regime especial de trabalho de que trata a subseção VIII, da seção II, do capítulo II do título III da Lei 2280/2008.*

Pela justificativa apresentada e anexada ao referido projeto, seu autor demonstra que é de fundamental importância para o ajustamento da estrutura administrativo Executivo Municipal e a necessária continuidade dos trabalhos desenvolvimento por este Poder Municipal, tendo em vista que a possibilidade de vinculação dos prestadores de serviço contratados por Processo Seletivo Simplificado ao regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva reduzirá custos com o pagamento de horas extras e assegurará melhor qualidade nos serviços públicos.



Sobre o tema, nossa Lei Orgânica diz que;

**Art. 6º** - Compete ao  
Município: (...)

XIII - organizar o quadro geral de seus servidores,  
estabelecendo regime jurídico único.

**Art 69** - Ao Prefeito compete:  
(...)

II - exercer a direção superior da administração pública  
municipal;

X- estabelecer a estrutura e a organização da  
administração municipal;

XXVII - prover os cargos públicos, mediante concurso  
público de provas e títulos;

**Art. 92** - Os cargos públicos municipais, serão criados  
por lei que fixará as suas denominações, os padrões de  
vencimentos, as condições de provimento, indicados os  
recursos pelos quais correrão as despesas

Isto posto, tem-se que o projeto de Lei ora apresentado atende as  
normas jurídicas, podendo o mesmo ter o seu regular prosseguimento nesta Casa  
de Leis com a deliberação pelo Douto Plenário.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Lapa, 22 de dezembro de 2015.

  
Jonathan Dittich Junior

OAB/PR 37.437